



João Pessoa Pelo Povo

Direito Fundamental ao Bom Governo



PLANO DE GOVERNO – ELEIÇÕES 2020

João Pessoa Pelo Povo

UMA VISÃO GERAL DO GOVERNO MUNICIPAL

Já no segundo período de mandato ante a sua reeleição ao Governo Municipal de João Pessoa, o prefeito Luciano Cartaxo foi reeleito pelo PSD com 59,7% dos votos válidos, ou seja, 222 mil votos do eleitorado da Capital.

Não trata de um gestor principiante. Diversas demandas não foram cumpridas.

Logo após a proclamação do resultado das urnas, na reeleição, disse que iria tornar “João Pessoa um destaque nacional”, pelo aspecto de “gestão moderna, democrática, participativa, ética e transparente”, e torná-la “uma cidade diferenciada, uma cidade com qualidade de vida, uma cidade que respeita as pessoas, uma cidade que tá projetada para o futuro através dos investimentos que nós vamos fazer”, disse à sociedade através de uma coletiva de imprensa.

Entretanto, conforme pesquisa publicada no início de janeiro deste ano (<http://especiais.g1.globo.com/paraiba/2017/as-promessas-de-cartaxo/#/3-anos>), dos **60 compromissos de campanhas, o atual governo não tinha cumprido naquele momento 26 propostas**. As demandas reprimidas não foram enfrentadas e as que foram apresentadas ao eleitor não chegaram à execução. Os principais desafios estão na segurança alimentar, mobilidade urbana, na saúde, nos direitos humanos e sociais e na educação. Não chegou a cumprir, por exemplo, conforme a avaliação:

- a) Construir Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) no Varadouro;
- b) Construir dois novos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas);
- c) Construir um novo Centro de Formação de Professores capaz de promover a formação continuada e garantir melhores condições de ensino e educação;
- d) Executar o projeto Conexão Escolar, com vistas à distribuição de *tablets* para os alunos das escolas municipais;
- e) Construção do primeiro ginásio esportivo apropriado ao paradesporto;
- f) Construir o Centro de Iniciação ao Esporte;
- g) Construir ponte entre os bairros de Mangabeira e Valentina;
- h) Instalar o BRT e construir corredores e terminais;
- i) Fazer a Central de Exames e Diagnóstico;
- j) Construir o Centro de Especialidade e Reabilitação;
- k) Fazer concurso para a Guarda Civil Municipal;

I - DAS COMPETÊNCIAS

Ora, constitucionalmente compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

II – DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Através do Decreto Municipal n. 7.784, de 27 de dezembro de 2012, foi instituído o Comitê Municipal Técnico de Monitoramento das Atividades voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM na Paraíba.

Como temos uma federação, a cooperação entre os entes federativos, com o apoio do Governo Federal e do Governo Estadual, deve pautar gestão municipal para melhorar os índices de desenvolvimento local.

Não obstante a criação do Comitê Municipal e receber, posteriormente, um Certificado de Adesão à Agenda de Compromissos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM em 23 de outubro de 2013, os indicadores sociais de melhoria da população não foram alcançados em prol das metas do milênio.

Já em 2015, numa oportunidade histórica, uma nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável foi acordada entre os países e representantes da sociedade civil

organizada com novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se baseiam nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

De 2013-2016 a Agenda criada pelo Governo Federal foi “Municípios fortes, Brasil sustentável”. O Certificado de Adesão assinado pelo atual Prefeito revelou um compromisso da sua gestão em melhorar os índices de desenvolvimento local.

Agora temos uma ODS com 17 Objetivos e 169 Metas e um prazo curto de 10 anos para implementá-los.

Por outro lado, o Comitê Municipal Técnico de 2012 não foi atualizado para implementar em João Pessoa a Agenda 2030.

Aliás, inúmeras metas estabelecidas no Plano de Governo Cidade de João Pessoa (2013-2016) não chegaram a ser cumpridas.

III – DO OLHAR FUNDANTE DO COMPROMISSO GOVERNAMENTAL

Obviamente que as metas e objetivos devem adequar-se à realidade local, entretanto, questões de sustentabilidade social, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade ambiental, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social, são essencialmente temas locais.

O principal compromisso é criar uma **Agenda João Pessoa 2030** com o **Direito Fundamental ao Bom Governo**, conforme as **17 ODS** e os **16 princípios da Carta da Terra** e melhorar os indicadores sociais da nossa cidade.

A sustentabilidade é interdisciplinar e não podemos desperdiçar tempo, recursos, experiências, talentos e vidas humanas.

IV – DA NOVA ADMINISTRAÇÃO CONSTITUCIONAL E DE RESULTADOS SUSTENTÁVEIS

Numa entrevista histórica no mês de março de 2015, na sede do banco *Goldman Sachs*, em São Paulo, a ex-senadora Marina Silva afirmou que **a política é serviço público** e que ninguém **pode dela se servir**.

Direito Fundamental ao Bom Governo

A Administração Pública tem que ser impessoal e contínua. Tem que ser planejada com exatamente o principal destinatário de cada política pública.

A boa política deve prevalecer independente de nome de gestor. A sociedade **tem** **Direito Fundamental ao Bom Governo.**

A cidade de João Pessoa está dividida em 14 Regiões geográficas, denominadas de Regiões da Participação Popular (RPP), cada região é composta por bairros, comunidades e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Com a crise decorrente da pandemia da Covid-19, a sociedade mais vulnerável da cidade vem enfrentando o desemprego e a crise alimentar.

Conforme registro no Semanário Oficial do Município de João Pessoa publicado em 26 de junho de 2020 a população de João Pessoa estava estimada em 809.015 habitantes, sendo 103.452 famílias inscritas no Cadastro Único e 61.126 famílias no Programa Bolsa Família.

Assim, conjugar os fundamentos e princípios constitucionais, especialmente a dignidade da pessoa humana, com os princípios e valores previstos didaticamente no art.4º do Estatuto da Rede Sustentabilidade para o enfrentamento, sobretudo, da crise alimentar e do desemprego na nossa Capital.

Educação e Cultura

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos pessoenses.

Garantir que as meninas e meninos completem o ensino primário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes e que tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência e as crianças em situação de vulnerabilidade.

Garantir que os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática e português.

Garantir que os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

Substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados por meio da formação permanente de professores e garantia de orientação pedagógica.

Intervenção de alfabetização através do Projeto Borboleta que consiste, na prática pedagógica, no desenvolvimento de uma série de sequências didáticas alternativas, que tem como foco a evolução das habilidades de leitura e interpretação —em português e em matemática—, a ser realizado por todas as disciplinas.

Crianças 100% alfabetizadas, cultivo do gosto pela leitura e abordagem individual do ensino.

Formação para pais, alfabetização com foco em justiça social, arte, poesia, música, teatro e dança na escola.

Instalação de Creches e Escolas Integrais e Bilíngues.

Educação Fundamental eficiente e o novo FUNDEB, como foco na evasão escolar, na aprendizagem conforme a idade, nas mulheres, na formação mínima de habilidades no 9º ano.

Direito Fundamental ao Bom Governo

Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural de João Pessoa.

Eventos Culturais mensais na praia, no centro de convenções, na estação ciência, no espaço cultural, de acordo com a Estação do Ano: "Primavera/Verão/Outono/Inverno Pessoense".

Indutor das políticas culturais e memoristas da 3ª Cidade mais antiga do Brasil, com parceria jurídicas público-privado, na conservação, preservação, educacional e empreendedorismo;

"Invasão" escolar nos finais de semana, permitindo práticas de esportes, minicursos e apresentações culturais.

Desenvolver a Educação 4 S em todas as unidades escolares com a educação cidadã (trânsito, cultura da paz, ecologia, OPEE, APH etc).

Ampliar o currículo das escolas nas zonas rurais para a educação agroecológica.

Gestão e Transparência Públicas

Gestão Compartilhada do mandato entre Prefeito e Vice-Prefeito, com divisão clara de atribuições e agendas para a efetivação de um Bom Governo.

Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa.

Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria estadual e federal para o desenvolvimento sustentável.

Atualização e Implementação do Plano Diretor da cidade.

Valorização do Servidor, Diminuição de Cargos Comissionados e Eficiência da Gestão

Reformas Administrativas e Orçamentos Reais;

Direito Fundamental ao Bom Governo

Planejamento Estratégico envolvendo os órgãos, conselhos e secretarias municipais com a participação da sociedade e Câmara Municipal;

Participação da Procuradoria-Geral do Município (PGM) nas demandas administrativas, a fim de diminuir a litigiosidade nas áreas educacionais, saúde, responsabilidade civil e moradia;

Orçamento e Execução por Bairro, com a participação da sociedade, da vereança, dos líderes políticos e comunitários, dos pais, das mães, dos jovens, dos religiosos, dos empreendedores e das entidades representativas;

Instituir o E-Gov para atingir a eficiência, a economicidade e a celeridade no serviço público municipal;

Interação entre Municípios da Região Metropolitana, Governo do Estado e Federal (estabelecer diálogo e parcerias), buscando uma convivência dentro do federalismo com os demais entes, melhorando os níveis de políticas públicas, a repartição das receitas públicas, a otimização e pleno zelo com arrecadação e aplicação dos recursos públicos municipais. Formação de convênios e consórcios.

As leis financeiras (LOA, LDO e PPA) e o Planejamento Estratégico devem contemplar o cumprimento da Agenda 2030/Carta da Terra com o Programa João Pessoa 2030

Uma Nova Administração Pública Democrática eficiente, impessoal, meritocrática, planejada, econômica e verdadeiramente humana e ecológica.

Atualizar e cumprir procedimentos de controle interno no combate à improbidade, à ilegalidade, à imoralidade e ao desperdício de recursos públicos, com a participação da Controladoria-Geral do Município e da Procuradoria-Geral do Município.

Habitação

Promover o acesso de todos à habitação segura, adequada, aos serviços básicos e urbanizar as comunidades carentes.

Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis.

Implantação de habitações sociais, com formação profissional, para pessoas sem teto ou em vulnerabilidade.

Treinamento para assegurar emprego para a força de trabalho do bairro/comunidade, no mínimo de 30%, quando da contratação de sociedades empresarias na realização de obras e serviços no bairro/comunidade.

Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mobilidade Urbana

Tornar João Pessoa inclusiva, segura, resiliente e sustentável.

Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética local.

Promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança viária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Garantir que os pessoenses tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

Criação da Via Verde (monitorada) entre Castelo Branco e Bancários, facilitando o acesso à Zona Sul.

Reorganização do trânsito de João Pessoa através de vias alternativas de tráfego e extinção dos “labirintos” criados nos bairros, a exemplo de Miramar, Jardim Luna e Bancários.

Troca de lâmpadas dos prédios públicos para LED.

"Fazendas" de Energia Solar (Economia de energia) e Instalação de ar condicionado nas escolas.

Aproveitamento da água da chuva e dos condicionadores de ar coletada nos prédios públicos.

Implantação de Coleta Seletiva de Lixo Reciclável.

Reestruturação e Divulgação da Usiben - Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil.

Implementação do Parque na Área do Antigo Lixão do Roger.

Inserção de baldes de lixos com pedais pela cidade.

Saneamento e calçamento de ruas como estímulo à construção em bairros desertos, inclusive com incentivos fiscais.

Campanha para cuidado das praças e para criação de canteiros sustentáveis.

Resolução dos alagamentos decorrentes das fortes chuvas - Sistemas de Drenagem rápido da água.

Construção de estacionamentos verticais no comércio da cidade, a partir dos pontos com maior fluxo, complementando o trabalho da Zona Azul.

Reorganizar as linhas de ônibus da cidade de acordo com a demanda dos bairros, ampliando a frota de veículos, ordenada de maneira convencional/troncal no sentido radial (centro bairros) e nos corredores com Veículos alimentadores auxiliados por um aumento dos terminais de integração. Ampliando a frota interbairros e intermunicipal (Com Veículos expressos) e circulares, determinando ainda parte da frota para eventos e agendamento por site.

Construção de ciclovias dentro dos bairros com centrais de locação de bicicletas mediante cadastramento em site

Recuperação de rios e áreas verdes.

Reduzir o impacto ambiental negativo per capita de João Pessoa, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

Impulsionar novas Energias Limpas e proteção aos manguezais e a mata atlântica.

Intervenções pontuais na Barreira do Cabo Branco para interromper o recuo da linha de costa, mediante a execução de estruturas de engenharia defensivas, concebidas e dimensionadas adequadamente: três estruturas, todas rígidas, robustas, a serem encravadas no trecho que vai desde a Praça de Iemanjá, passando pela falésia, até chegar ao final da Praia do Seixas, que serão qualificadas por uma obra de urbanização, respectivamente, muro de arrimo autodrenante; revestimento com enrocamento de pedras contidas em xicanas (vazadas) de concreto armado, intermediadas por uma estrutura dissipadora de energia tipo barramar, denominada de bagwall, que se estenderá, também, desde a falésia até o final da Praia do Seixas. Implantadas as estruturas, passaria a ser feito um monitoramento contínuo, no local e nas áreas adjacentes.

Construção do Viaduto na saída do Bairro das Indústrias.

Exigir da CAGEPA o tratamento da rede de esgoto na Capital, a fim de evitar a poluição dos rios, a exemplo do Rio de Jaguaribe no Bairro de Cruz das Armas;

Políticas Públicas e Proteção dos Grupos Minoritários e dos Vulneráveis

Promoção de políticas públicas para erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas e para reduzir a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões em João Pessoa, implementando medidas e sistemas de proteção social adequados, atingindo a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

Buscar que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

Construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais, a exempli da Pandemia da COVID-19.

Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que sejam implementados programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

Empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, acabando com todas as formas de discriminação, eliminando todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

Dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros e os recursos naturais.

Instalação de banheiros públicos e espaços para descanso, com acesso à internet “wifi”, nas praças da cidade.

Ações presenciais e efetivas de Defesa Civil, Assistência Social e Desenvolvimento Humano

Fundo Municipal de Combate à Fome e à Pobreza e Erradicação da Miséria com: - Ampliar a capitalização do Fundo; - Melhorar a participação da sociedade civil; - Melhorar a transparência; - Conjuguar a aplicação com à Lei Federal nº 14.016, de 23 de

junho de 2020 – Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.

- Regularização Fundiária de mais de 30 mil residências familiares pela Prefeitura Municipal, com a coordenação jurídica da Procuradoria-Geral do Município e convênios com a OAB-PB, Defensoria Pública e universidades/IFPB, sem pagamento de custas, honorários e emolumentos;
- Aplicação dos Instrumentos para a Gestão Urbana, com reforma da LDO para 2021;
- Parceria com moradores e associações de trabalhadores locais para reforma de casas e equipamentos sociais; - reorganização do direito à moradia nos espaços desocupados e com instrumentos legais da função social da propriedade; - aprovação dos direitos fundamentais da população de rua; e - Parques Ecológicos , no mínimo por bairros contíguos.

Saúde Básica e Saúde Ambiental

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

Assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

Alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos, a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação

a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

Aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Novo Marco do Saneamento, Política de Resíduos Sólidos e Sistema Sanitário

Saneamento básico dos bairros e Intenso Controle da Dengue.

Aparelhamento das Unidades de Saúde da Família - USF.

Saúde Pública Municipal por bairro e integrada ao sistema SUS: integração de hospitais estaduais com os PSF, UPAS e Hospitais Municipais.

Transformar o Hospital Santa Isabel na qualidade de um nosocômio de porta aberta.

Construção de uma Nova Base SAMU João Pessoa.

Cumprir a regulação para as UPAS, especialmente na permanência máxima de 24 horas.

Ampliação dos leitos de UTI's na rede municipal para desafogar as 4 UPAS.

Ampliação do Hospital Infantil do Valentina.

Construção da Maternidade Municipal Zona Sul.

Estabelecer uma unidade de saúde especializada e interdisciplinar no tratamento para transtornos de saúde mental;

Segurança Urbana e Patrimônio Público

Instalação de câmeras para monitoramento do centro, das principais avenidas e nas áreas comuns de prédios públicos.

Aumento do efetivo da Guarda Municipal e do patrulhamento do patrimônio público que deverá trabalhar com investimentos, inteligência e integração;

Policiamento ostensivo (na competência do município), como programas de ronda 24 horas; Intensificar a participação da GM no monitoramento das câmeras de trânsito da cidade, visando coibir crimes, bem como realizar a integração com sistemas Estaduais e Federais de roubo e furto de veículos;

Unidades móveis da guarda municipal em pontos de maiores suscetibilidades de crimes;

Criação de programas que promovam a segurança no perímetro das escolas e combate ao assédio às crianças e jovens; Intensificar a participação da guarda municipal, no auxílio às crianças no entorno das escolas públicas municipais em especial na travessia de ruas nos horários de entrada e saída da escola;

Apoiar as atividades de cunho social e integradas de prevenção ao crime e à violência nas áreas de maior vulnerabilidade social.

Implementar os Núcleos de Defesa da Vida (NDV's) em cada Bairro da Capital para o desenvolvimento da Cultura da Paz, a valorização dos Direitos Humanos e os serviços essenciais de acesso à justiça e a resolução de conflitos extrajudiciais com a participação da Guarda Municipal, igrejas, universidades

Trabalho, Empreendedorismo, Produção, e Agricultura Urbana

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas, reforçando o planejamento local de desenvolvimento.

Direito Fundamental ao Bom Governo

Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

Melhorar progressivamente a eficiência dos recursos locais no consumo e na produção e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental.

Buscar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

Reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

Promover medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil em todas as suas formas.

Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, em particular as pessoas em empregos precários.

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

Promover a industrialização inclusiva e sustentável e aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias locais.

Incentivar a modernização da infraestrutura e reabilitação das indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos;

Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso igualitário a preços acessíveis à internet por todos.

Instalação de Cooperativas de Recolhedores de Recicláveis em diversos bairros da cidade, com apoio de cursos e tutores.

Estímulo ao desenvolvimento de Cooperativas para Produção de Flores.

Direcionar terrenos públicos baldios a prática de agroecologia urbana, voltados para organização de hortas coletivas visando complementar alimentação das comunidades. Dentre as atividades serão produzidas culturas orgânicas e compostagem.

Organização de projeto de medicina preventiva em consultoria alimentar, com frequência semanal nas comunidades, em parceria com universidades públicas e privadas, formadas por equipes multidisciplinares (Nutricionistas, educadores físicos, psicólogos, enfermeiros e médicos).

Ênfase na Economia Criativa.

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

Incentivar as sociedades empresariais, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades locais.

Fomentar os Arranjos Produtivos Localizados (APL);

Fomentar as Associações e Cooperativas nos Bairros/Comunidades com a meta semestral de contemplar 15% da força de trabalho local;

Empreendedores e sociedades empresariais; mulheres e empreendedorismo;

Instituir uma Agência Financeira da Solidariedade (“Banco SOL”) para as mulheres empreendedoras e na empregabilidade de jovens (primeiro emprego).

Instituir uma política de estágio para os jovens nos bairros/comunidades .

Fomentar a organização em associações e cooperativismo de trabalhadores de aplicativos, a fim de garantir segurança, higiene, seguridade, conforto e atualização de equipamentos de trabalho.

Reinserção no mercado de trabalho com treinamento de trabalhadores que ficaram sem emprego decorrente da crise sanitária da Covid-19.

Turismo

Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

Implantação de Ônibus Aeroporto - Orla do Cabo Branco/Tambaú/Bessa.

Grafitação de viadutos e paredes de prédios públicos criando novas obras de arte na cidade.

Elaboração de Guia Turístico Digital de João Pessoa com divulgação das informações de museus, praças, shows públicos, exposições, bibliotecas, etc em aplicativo.

Instalação de “QR CODES” nas ruas, praças e monumentos da cidade, revivendo a história dos que nomeiam os espaços públicos.

Revitalização e divulgação do patrimônio histórico-cultural.

Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Incluir João Pessoa como a Capital de Eventos de Negócios.

Vida animal

Transformar João Pessoa na Capital Nacional dos animais.

Atuação executiva que respeite a sustentabilidade animal como elemento precípua do desenvolvimento sustentável municipal, em articulação com os pilares da sustentabilidade ambiental, social, política, ética, cultural, estética e econômica;

Implementação no âmbito municipal do previsto no Código de Direito e Bem-Estar Animal da Paraíba (Lei 11.140, de 08/06/18), com o objetivo de tornar João Pessoa a capital mundial da proteção dos animais, inclusive mediante o estímulo a campanhas publicitárias de divulgação da cidade e dos serviços livres de sofrimento animal, como os pequenos empreendimentos veganos;

Realização de mapeamento dos riscos relacionados à questão animal em João Pessoa/PB, como maus-tratos e abandonos, entre outros, com ampla participação da sociedade civil e do Legislativo, a fim de dimensionar os problemas, georreferenciá-los e orientar a priorização de ações do mandato e do poder público municipal.

Identificar e valorizar, por meio de cadastro municipal ou similar, as entidades de proteção animal e dos protetores independentes de João Pessoa e estabelecimento de uma Rede Sustentável de Acolhimento de Animais (RESA) vítimas de maus-tratos e abandono, proporcional.

Instalação de Clínicas Veterinárias nos bairros/comunidades.

V – CUMPRIMENTO DA LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO – LEI MUNICIPAL Nº 14.000, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Ademais, considerando que a Administração Pública deve ser regida pelos princípios do art.37 da Constituição da República, especialmente, do princípio da impessoalidade, o presente Plano de Governo de João Pessoa para o período de 2021-2024, no primeiro ano, cumprirá a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 14.000, de 20 de agosto de 2020, bem como executará o “Programa João Pessoa Sustentável” com os seguintes destaques e adequação as ODS.

Acreditamos nos propósitos das ODS e no seu principal objetivo: “Não deixar ninguém para trás”.

Também acreditamos que a sociedade pessoense tem o “Direito Fundamental ao Bom Governo” e que a dignidade da pessoa humana deve ser o farol de qualquer política pública municipal.

Fomos escolhidos, entre 52 (cinquenta e dois) inscritos, através de uma seleção pública aberta pela Rede Sustentabilidade João Pessoa no mês de fevereiro do decorrente ano. Um processo histórico e que entrou para a história do Direito Eleitoral brasileiro.

Acreditamos na democracia e no Município Democrático de Direito. Assim sendo, nosso o Plano de Governo deve conversar necessariamente com a LDO aprovada, com os seguintes destaques:

- a) Combate à Fome e à Miséria;
- b) Participação do saber (Universidades | IFPB), nas funções constitucionais de pesquisa e extensão, na apresentação de soluções e demandas dos serviços públicos;
- b) Conselhos, participação social, cadeia produtiva de empreendedores e religiosos;
- c) Transformar João Pessoa na Capital do Empreendedorismo Familiar;
- d) Banco Sol para o empreendedorismo da mulher;
- e) Regularização Fundiária
- f) Resíduos;
- g) Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- h) Papel do Vice-Prefeito no compartilhamento de atividades;
- i) Execução do Orçamento por Bairro e Comunidades
- j) A Cultura da Paz;
- k) E-Gov;
- l) Planejamento Estratégico;
- m) Conciliação e Desenvolvimento Sustentável ;
- n) Conflitos Judiciais e o Papel da Administração Pública na Redução de Passivo Judicial;

- o) Controle preventivo para garantir legalidade, moralidade, impessoalidade e sobretudo economicidade;
- p) Concurso Público e oferecimento de cursos gratuitos preparatórios para o ingresso no serviço público municipal;
- q) Guarda Municipal Integrada;
- r) Implementar a qualidade e o cumprimento de metas no serviço público ;

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1/2 - Erradicação da pobreza/Fome Zero e LDO/2021

- Fortalecer, com o Fundo Municipal de Erradicação da Fome, ações de alimentação e nutrição nos bairros/comunidades;

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 - Saúde e Bem-Estar

- telemedicina;
- TFD;
- Síndromes Raras
- Prontuários Eletrônicos
- Planejamento na aquisição de remédios;
- Tratamento aos servidores públicos com dependência química para o retorno ao convívio profissional e social
- Construção de PSF's no Gramame , João Agripino, Vale das Palmeiras, Cristo Redentor, Centro de Reabilitação para Autistas ;
- Centro para Pessoas com Deficiência, com prioridade para serviços especializados;;
- Fortalecer a participação da sociedade civil na formulação e acompanhamento da Política Municipal de Saúde;

Direito Fundamental ao Bom Governo

- Aprimoramento da Atenção Ginecológica, Obstétrica e Hospitalar na Maternidade Cândida Vargas;
- Assistência Farmacêutica Básica ampliada e com planejamento para evitar desabastecimento;
- Acompanhamento dos pacientes com doenças ou síndromes raras para tratamentos, quando inexistência na rede própria, em outras unidades conveniadas (TFD);
- Renovação e ampliação do SAMU;
- Tratamento do câncer;
- Tratamento da saúde ocular, especialmente das crianças;
- Participação da sociedade nas políticas públicas do SUS Municipal;
- Ações preventivas nos bairros/comunidades com o Centro de Zoonoses; e o serviço de vigilância.
- Ampliar o atendimento de especialidades no Centro de Saúde;
- Pleitear junto as demais esferas de governo a ampliação das parcerias na busca de mais recursos para o Município, a exemplo da criação do Campus da UEPB na transformação do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires;
- Promover capacitações dos servidores e profissionais da saúde a fim de garantir a melhoria e a humanização do atendimento na rede de saúde pública, assegurando uma postura de atenção e cuidado que responda afetivamente à expectativa da população;
- Capacitação e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 - Educação de qualidade

- Os Cursos Preparatórios para Ingresso no Serviço Público (uma qualificação prévia para ser servidor público);

Direito Fundamental ao Bom Governo

- “Capacitação de alunos egressos do Projovem como Guias Turísticos e Mestres de Ofício: apresentação do Centro Histórico e restauração de bens móveis e imóveis históricos;”

- Atividades Desportivas nos Bairros e no Complexo Esportivo do CAM e Ginásio do Hermes Taurino, Ginástica Artística e Rítmica, Judô e Natação, Educação ambiental, uma Biblioteca Aberta por Bairro; aquisição de livros de autores e clássicos paraibanos;

- Equipar todas as escolas com bibliotecas ou salas de leituras; (a LDO só fala em 48)/ salas de aulas com instalação de ar-condicionados/ manutenção e conservação das quadras e ginásios poliesportivos; utilização da energia solar;

- Horta Escolar / arborização e jardinagem nas unidades de ensino/ coleta seletiva

- Musicalidade/teatro/pinturas nas escolas;

- Saúde e alimentação nutricional em todas as unidades escolares, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Lei nº 11.947/2009;

- Construção de escolas nos Bairros Cidade Verde, Mangabeira VIII, Colibris, Gervásio Maia e Bancários;

Capacitação de Educadores para acompanhamento aos alunos com necessidades especiais;

- Capacitação de educadores para a educação telepresencial;

- Atender todas as escolas e Creis da Rede Pública Municipal;

- Inserção de Libras na grade escolar;

- Valorizar a Estação Cabo Branco, Ciência, Cultura e Artes

- Realizar nos bairros/comunidades: festival Literário, Saraus Poéticos, Musicalidade, inclusive Gospel, Cultura Popular, Quadrilhas juninas, carnaval, cênicas, cinema, artes visuais, orquestra sinfônica municipal, Brega-funk, Festa das Neves, Eventos Religiosos, Festival Internacional de Música Clássica, etc,

- atividades esportivas nos bairros/comunidades; com apoio ao esporte amador e aos clubes esportivos; escolinhas de esportes

Direito Fundamental ao Bom Governo

- atividades físicas, artísticas e artesanatos para a terceira idade por bairros/comunidades;
- Implantar parques e áreas verdes para atividades desportivas;
- Priorizar o investimento na rede de ensino infantil e fundamental, com atenção à Educação Especial;
- Promover ainda mais cursos de capacitação à todos profissionais ligados à Educação;
- Investir na infraestrutura das instituições para ampliar a quantidade de vagas ofertadas a cada ano;
- Melhorar a qualidade do transporte escolar para os alunos da rede municipal;
- Trabalhar de forma interdisciplinar toda a BNCC, priorizando as questões ambientais e de saúde mental;
 - a) Trabalhar meio ambiente na Educação;
 - b) Pedagogia Sistêmica;
 - c) Treinamento em Gestão de Tempo;
 - d) Treinamento em Gestão das Emoções;
 - e) Treinamento em Gestão Pedagógica;
 - f) Treinamento em Tecnologias e novo formato de aula dinâmica para Educação Infantil

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 - Igualdade de gênero

- Manutenção e aprimoramento do papel dos 07 Conselhos Tutelares ;
- Manutenção dos Centros de Referência da Cidadania;
- Manutenção e reaparelhamento do Centro de Referência para população em situação de rua – POP;

Direito Fundamental ao Bom Governo

- Plano Municipal de Serviços da Assistência Social com atenção as famílias no Cadastro Único e Programa Bolsa Família; e inseri-las na educação e no mercado de trabalho com o empreendedorismo ou o emprego formal;
- Agência de emprego e jovens
- Proteção à famílias, as crianças, adolescentes e as mulheres em situação de violência em todos os bairros e comunidades;
- Adesão à caminhada internacional pela Paz na Família e Contra a Violência no mês de dezembro e também a campanha Sinal Vermelho conta a violência doméstica
- Ocupação no mínimo de 30% dos cargos em comissão na Administração Pública Municipal por Mulheres;
- Fortalecimento e ampliação do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra;
- Campanha educacional para o esclarecimento das consequências para a gravidez precoce na adolescência;

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 - Água potável e saneamento

- Implantação e recuperação da rede de águas pluviais nos Bairros Castelo Branco, Conjunto CEHAP U, Bancários, Jd.São Paulo, Jd.Cidade Universitária, Colinas do Sul, Irmã Dulce, Ilha do Bispo, etc.
- Implantar Pavimentação em Paralelepípedo e asfáltica em diversas ruas da cidade

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 - Energia limpa e acessível

- Rede de Iluminação de LED;

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

- Construção do Mercado Público do Cristo Redentor;
- Requalificação dos Mercados de Oitizeiro, Bairro dos Estados, Valentina de Figueiredo, Bessa, Rangel, Castelo Branco, Mangabeira, Mandacaru, Mercado Central e

Boxes, Jaguaribe, Cruz das Armas, e fortalecimento das feiras livre do Bairro das Indústrias, Bairro do Novais.

- Manutenção e Reforma dos Centros de Comércio e Serviços Populares;
- Dotar a Orla Marítima de Infraestrutura adequada, com destaque para a urbanização da Praia da Penha ante a vocação para o Turismo-Religioso; incentivo ao artesanato das mulheres dos pescadores.
- Construção dos Cemitérios da Penha, Mangabeira e reformulação dos cemitérios/capelas do Cristo Redentor, Santa Catarina, São Jose, Nossa Senhora da Penha e Senhor da Boa Sentença;
- Manutenção e Reforma do Centro Comercial de Agricultura Familiar de João Pessoa - CECAF
- Construção/Prosseguimento de Praças Colinas do Su II, Gramame, Habitacional Marinez, Bairro Nova Mangabeira, Valentina II (Rua José Rosino do Nascimento), Bairro Ernani Sátiro (Praça Esperança), recuperação de Praça Guilherme Brito de Holanda (Pedro Gondim);
- Induzir os empreendimentos de economia criativa: a cultura e a história com vetores de desenvolvimento econômico e social
- Criação do BANCO SOL com linha de crédito para as mulheres, priorizando o Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios;
- Incentivar o turismo de evento, ecológico, histórico, marítimo, cultural, religioso e de negócios;
- Indutor de empreendedorismo da agroecologia familiar com produção hortifrutigranjeiro e o fomento a aquicultura e a pesca, com destaque para as comunidades ribeirinhas com a agregação de valores ao pescado; com vendas através de redes sociais as famílias, restaurantes da cidade e ao Poder Público Municipal.
- Incentivar as feiras de varejo e artesanato;
- Organizar o SINE municipal para trabalhar com o “Sistema S” permitindo a geração de mais emprego e renda; a intermediação de mão de obra por bairro/comunidade;

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 - Indústria, inovação e infraestrutura

Direito Fundamental ao Bom Governo

- Reduzir os custos com aquisição e manutenção de licença de software; aumentar o nível de autonomia da PMJP em relação aos ativos de software;
- Recuperar e Revitalizar a Cidade Antiga de João Pessoa com a Implantação do Complexo Turístico, Cultural e de Serviços com a criação de um Distrito para a Cidade Baixa de João Pessoa, Centro Histórico, Varadouro, Rio Sanhauá, Porto do Capim, Trincheiras, Av. João Machado. (IPHAP, Unesco, MP) – temos experiências internacionais
- Manifestar-se sobre as Políticas, Diretrizes e Estratégias do Ordenamento Urbano de João Pessoa;
- Construção de Museu Cidade de João Pessoa (Na realidade mais de um Museu);
- Cumprir o Programa João Pessoa Sustentável e sua ampliação com recuperação dos vales/rios Jaguaribe, Sanhauá, Cabelo, Gramame, Cuiá, Timbó, Laranjeiras, Três Lagoas, Baixo Róger e, quando for o caso, com reestruturação urbana nas comunidades abrangentes, inclusive tornando Parques;
- Revisar o Plano Diretor e atualizar o conjunto da legislação urbanística compatível com o Estatuto da Cidade.
- Obras nas ZEIS, com destaque em Terra do Nunca, Parque do Sol em Gramame, Taipa Nova Vida, Comunidades Santa Bárbara, Riachinho e Iaia Amorim; contenção de encostas; drenagem/supressão de áreas alagadiças; interceptação de esgotos no Rio Cuiá, Jaguaribe, etc.
- Regularização pela Prefeitura dos imóveis das famílias de baixa renda, a exemplo da comunidades Paulino Pinto, Nova Esperança, Vila Mangueira, Padre Hildo Bandeira, Cafofo, Eucalipto. A PGM será estruturada para atender essa política pública.
- Incentivar as Galerias Comerciais por Bairros; Teatros;
- Serviços permanentes de tapa buracos, desobstrução de galerias, serviços topográficos;
- Participação do Conselho de Habitação e Desenvolvimento Social na formulação de programas habitacionais e de saneamento básico, com redução de déficit qualitativo de moradias, sendo necessariamente a infraestrutura presente com os equipamentos sociais .

Direito Fundamental ao Bom Governo

- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de João Pessoa com o acesso a internet em praças, ônibus e prédios públicos pela população;

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 - Redução das desigualdades

- Instalar sinalização semafórica com sistema sonoro nas avenidas e ruas ;
- Instalar sistema de áudio para descrição de lugar e serviços ofertados ao deficiente visual;
- Adequação urgente das calçadas para as pessoas com deficiência
- Ampliar as ofertas de cursos e oficinas ministradas no CRAS;
- Implantar a Escola Municipal de Gestão da Cidadania;
- Implantar o “Projeto Recomeçar” visando funcionar como uma parceria que busca resgatar o vínculo familiar e garantir um atendimento social, de saúde, educação e trabalho.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

- Executar o Programa João Pessoa Sustentável com sociedade civil organizada, comunidades envolvidas, Universidades, IFPB, TCE, MPE e BID;
- Recuperar o Lixão do Roger com Parque do Roger com o Programa João Pessoa Sustentável;
- Redefinir locais vulneráveis de moradias para proporcionar a moradia legal em conjuntos habitacionais , com a utilização de instrumentos legais para a Gestão Urbana;
- Proporcionar a regularização fundiária de mais de 30 mil moradias na Capital, sem custos de taxas, com a participação da Procuradoria-Geral do Município e convênios com as Universidades, IFPB e OAB-PB;
- Mobilidade e a Política de Transporte Urbano: valorização das atividades nos bairros; a circulação entre bairros por veículo de menor porte; estações de bicicletários;
- Política de Qualidade para os Usuários (ver CR e lei regulamentar; ver também site do Governo Federal; ver experiência de Curitiba);

Direito Fundamental ao Bom Governo

- Reformar as Integrações de ônibus com estrutura de conforto e sinais de internet;
- Instituir a Tarifa Social em horários específicos, a fim de permitir que o trabalhador/a possa deslocar-se com mais facilidade para atrás de emprego ou qualificação;
- Investir no monitoramento eletrônico no trânsito; na sincronização dos sinais;
- Promover melhorias das condições de vida das populações dos Bairros/Comunidades selecionadas atendidos pelo PADBP-JP, nas áreas de educação, saúde, habitação, pavimentação, drenagem, etc,
- Promover e viabilizar a implantação de atividades econômicas nos Bairros/Comunidades do PADBP-JP com vistas à geração de riqueza, renda e emprego;
- Criar as condições efetivas para a formação, preparação, treinamento e qualificação da força de trabalho nos bairros/comunidades do PADBP-JO, compatíveis com a implantação de atividades econômicas locais;
- Expandir e melhorar as condições dos equipamentos públicos de uso coletivo, com ênfase da execução de calçamento e pavimentação de ruas e avenidas e na construção e recuperação de praças, feira; mercado, sistema de iluminação pública, áreas de lazer, etc;
- Melhorar as condições de uso e desfrute das atividades de esporte, lazer, educação e cidadania;
- Criar condições efetivas ao florescimento de manifestações artísticas e culturais locais.
- Dotar o Município de condições necessárias no que diz respeito as despesas com a aquisição e desapropriação de imóveis de interesse público, incluindo áreas para a implantação do PROGR, PRODURB/SOCIAL, PROJETO MULTISSETORIAL INTEGRADO URBVALE, PROG.DE ASSENTAMENTO PRECÁRIOS DO PAC e PROGRAMA DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO, SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS COMUNICATÓRIOS ;
- Realizar estudos e projetos do Programa Municipal de Regularização Fundiária, tendo como objetivo desenvolver ações voltadas para a Regularização Fundiária, promovendo melhoria no Desenvolvimento Urbano do Município;
- Elaborar estudos e projetos voltados para a implantação/execução da Política Municipal de Práticas Sustentáveis, nos termos da Lei Municipal nº 1.889/2017;

Direito Fundamental ao Bom Governo

- Elaborar Estudos, Projetos e Mapeamentos, nas áreas de Equipamentos Sociais, desenvolvimento turístico, patrimonial e cultural, lazer e esportes e de ciência e tecnologia.
- Elaborar o Plano Diretor de Acessibilidade, Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana para Proporcionar o Acesso Amplo e Democrático ao Espaço, de forma socialmente inclusiva e sustentável;
- Elaborar Plano Diretor de Drenagem, para dotar o Município de um Sistema Integrado de Drenagem Sustentável;
- Elaborar Plano Diretor de Iluminação Pública para promover o Desenvolvimento racional no Município, favorecendo um meio urbano mais seguro.
- Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, incluindo: resíduos sólidos; sistemas de abastecimento de água; esgoto doméstico e drenagem urbana; promovendo ações que visem melhoria das condições sanitárias das comunidades;
- Construção de Banheiros na Orla;
- Preparação constante para riscos e desastres naturais;
- Trabalhar parcerias com Associações de Bairros para Produção de Hortas Urbanas;
- Ampliar o apoio às entidades e movimentos organizados não governamentais de proteção ao Meio Ambiente e Animais.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 - Consumo e produção responsáveis

- Instituir um Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos: cooperativas por territórios ; triagens; política de retorno do bem; central de doação de equipamentos e mobiliários antes do descarte; lixo é dinheiro por vende-lo, sobretudo o lixo eletroeletrônico; auditagem com a participação do TCE, MPPB no contrato de recolhimento de resíduos e com inserção de equipamentos eletrônicos e balanças e como corolário diminuir o valor do contrato por pesagem; óleo de cozinha para fabricação de material de limpeza para ser adquirido prioritariamente pela Prefeitura Municipal; operação cata-treco nos bairros e comunidades; o lixo do comércio; (ver a Política Nacional)

- Fortalecimento da USIBEN com a participação das construtoras da cidade;

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 - Ação contra a mudança global do clima

- Reflorestamento de áreas degradadas com mudas de espécies nativas, ornamentais e frutíferas, com reflorestamento da Barreira do Cabo Branco;
- Tratamentos fitossanitários para preservação das árvores;

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 - Vida na água |

- Implantar o Plano de Saneamento Básico no Município de João Pessoa
- Combater os esgotos clandestinos que prejudicam a qualidade dos rios e balneabilidade das praias;

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 - Vida terrestre

- Plano Diretor de Arborização Urbana com revitalização e recuperação de praças, jardins, parques e logradouros públicos

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

- Educação da cultura da tolerância e da proteção aos cidadãos/cidadãs vítimas de discriminação por gênero, orientação sexual, racial e classe social em todos os espaços públicos e privados.
- Redefinir o papel do Comitê Gestor Municipal da Juventude, com a participação das demais especialidades (cultura, educação, saúde, empreendedorismo e mercado de trabalho) de prevenção da violência contra a juventude negra nos espaços apontados pela SSP-PB como violentas;
- Instalação nos bairros e comunidades dos Núcleos de Defesa da Vida e em harmonia com o Conselho de Segurança e demais órgãos do sistema de segurança;

Direito Fundamental ao Bom Governo

- Fortalecimento da Guarda Municipal com concurso, treinamento, aparelhamento, compromisso com a dignidade da pessoa humana, proteção do patrimônio público e atenção especial às unidades de saúde e escolares;
- Envolvimento de uma equipe multidisciplinar na prevenção das drogas e no fortalecimento do Conselho Municipal Antidrogas;
- Proteção aos consumidores e parceria com as sociedades empresárias para o respeito aos direitos e a redução de litigiosidade;
- Órgão de controles itinerantes (Ouvidoria, Controladoria e Procuradoria Municipal) em Bairros/Comunidades para conhecer as demandas e encaminhar as soluções;
- Prevenção constante aos desvios éticos e legais de servidores (comissionados, efetivos e temporários), prestadores e usuários dos serviços públicos municipais; a impessoalidade, a moralidade, a efetividade, a economicidade e a probidade devem pautar a prática de qualquer ato administrativo;
- Solução prévia de conflitos;

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

- Atuar conjuntamente com os Municípios limítrofes para elaboração, captação de recursos e operacionalização de programas de desenvolvimento sustentável da área metropolitana da grande João Pessoa;
- Oferecer capacitação contínua aos servidores públicos, através da instituição de uma Escola Municipal de Gestão Pública;
- Disponibilizar dos benefícios assistenciais aos familiares de servidores;
- Instituição do e-Gov através de softwares desenvolvidos por estudantes e professores universitários paraibanos e do Instituto Federal da Paraíba;
- Inventariar, consertar e conservar todo o patrimônio público municipal;
- Equilíbrio Atuarial do RPPS e capitalização do IPM-JP;

Direito Fundamental ao Bom Governo

- Revisão Estatutária para adequação a uma Gestão Pública célere, eficiente e econômica;
- Reposição inflacionária dos servidores públicos e revisão remuneratória dentro de um plano gerencial de atingimento de metas na qualidade do serviço público ofertado;
- Pagamento pontual a fornecedores e prestações de serviços;
- Funcionar como ambiente de prevenção de conflitos judiciais a Mesa de Negociação com os Servidores Públicas como meio de negociar interesses para melhoria do serviço públicos ;
- Uniformização de Procedimentos na Administração Pública;
- Controle Preventivo da Gestão com o cumprimento de orientações do Ministério Público e do Tribunal de Contas;
- Realizar o concurso público para provimento de cargos do corpo técnico operacional , guarda municipal, áreas da saúde, médicos em PSF's, tecnologia da informação, auditor de contas públicas, bibliotecários, técnicos em gestão pública;
- Seleção Pública para as duas Secretárias com os maiores orçamentos, isto é, os Secretários da Educação e da Saúde serão escolhidos/as por um processo de seleção pública;
- Admissão de até 40% dos cargos em comissão por servidores efetivos;
- Saúde Financeira do Município:
 - a) acompanhar o cumprimento das Isenções de ISS
 - b) os Empréstimos
 - c) a Administração Contábil e Financeira
- Implantação de ferramentas para obter eficiência na arrecadação e gasto público;
- Revisão do Plano de Carreira do Servidor Público Municipal;
- Criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de todas as Secretarias;

- Utilizar técnicas de Orçamento Participativo para Elaboração dos Planos de Ação para a Comunidade, bem como da Execução Participativa com a instituição de uma conta-corrente específica para o bairro/comunidade.

VI - CONCLUSÃO

Afinal, conforme bem dito no curso de formação que participamos promovido pela Rede Sustentabilidade Paraíba, “os princípios e valores da Rede são acompanhados do compromisso de vivenciá-los, cumpri-los em toda sua extensão e com toda fidelidade para poder ter ação transformadora concreta”.

O momento que passamos não é fácil e temos quatro grandes crises entrelaçadas neste momento: saúde, econômica, política e ambiental. A sustentabilidade política vai requerer uma participação efetiva da sociedade e instituições, a exemplo das medidas que a Rede Sustentabilidade vem tomando no âmbito do Supremo Tribunal Federal, para a defesa da democracia.

Abraçar a sustentabilidade por inteiro, nos seus sete níveis (ambiental, social, cultural, ética, estética, econômica e política), requer um compromisso pessoal e coletivo na aplicação do sistema legal dentro do Município Democrático de Direito, das 17 ODS e os 16 princípios da Carta da Terra.

O Direito Fundamental ao Bom Governo não deve ter cor partidária, nem autoria, mas tão somente dois destinatários: a sociedade e o meio ambiente.

João Pessoa, 25 de setembro de 2020.

Carlos Monteiro | Candidato a Prefeito de João Pessoa

Filipe Leite | Candidato a Vice-Prefeito de João Pessoa